

# Luzes nas Bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Muller, Dois Intelectuais Luso-Brasileiros

Lúcia Maria Bastos P. Neves\*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

*A acumulação de livros não é uma mecânica sem conseqüências.*

Christian Jacob<sup>1</sup>

No início do oitocentos, chegava à Bahia a *livraria* de Francisco Agostinho Gomes, remetida por intermédio de Borel & Borel, destacados livreiros franceses estabelecidos em Lisboa pelo menos desde 1762<sup>2</sup>. Em seu conjunto, totalizavam 356 livros. Alguns anos mais tarde, em 1818, Daniel Pedro Muller recebia, em Santos, 755 livros, *para seu uso*. Sem dúvida, em ambas as ocasiões, tais remessas devem ter provocado um enorme alvoroço nas alfândegas das duas cidades<sup>3</sup>. A título de comparação, vale lembrar que as duas bibliotecas seqüestradas pela Devassa de 1798, a de Cipriano Barata de Almeida e a do tenente Hermógenes Francisco de Aguilar Pantoja, possuíam, respectivamente, apenas 30 e 22 títulos de livros. Nas Minas da Inconfidência de 1789, as autoridades seqüestraram 270 obras do erudito cônego Luís Vieira da Silva<sup>4</sup>. E, Pierre C. Dalbin, mercador de livros, publicava em 1820, um catálogo com cerca de 170 obras, que vendia em sua casa à rua Direita nº 9, no Rio de Janeiro<sup>5</sup>.

Tal fato permite identificar tanto Agostinho Gomes, quanto Daniel Pedro Müller como homens ilustrados, sugerindo que o capital simbólico por eles acumulados situava-os num lugar proeminente como membros da pequena elite intelectual então residente na colônia. Por outro lado, a posse de livros, para além de seu papel de intermediários culturais<sup>6</sup>, carregava igualmente

---

\* Pesquisadora Principal do Centro de Estudos do Oitocentos/Pronex/CNPq/Faperj. Bolsista CNPq. Professora Titular de História Moderna da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Marc BARATIN & Christian JACOB, *Le pouvoir des bibliothèques. La mémoire des livres en Occident*, Paris, Albin Michel, 1996.

<sup>2</sup> Fernando GUEDES, *Os livreiros franceses em Portugal no séc. XVIII. Tentativa de compreensão de um fenômeno migratório e mais alguma história*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1998, p. 69.

<sup>3</sup> Para a listagem de Francisco Agostinho Gomes, cf. IAN/TT, *Caixa 157 (1769-1815)*, Outubro 1799. Agradeço a Luiz Carlos Villalta a cessão da listagem. Para Daniel Pedro Müller, ver Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, *Mesa do Desembargo do Paço*, Caixa 169, Licenças, Pac. 1, doc. 17, 1818. Para uma análise detalhada da livraria de Agostinho Gomes, ver Lúcia Maria Bastos P. NEVES & Guilherme P. NEVES, «A biblioteca de Francisco Agostinho Gomes: a permanência da Ilustração luso-brasileira entre Portugal e o Brasil», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro (*R.I.H.G.B.*), vol. 165, n.º 425, 2004, pp. 11-28.

<sup>4</sup> Para o primeiro caso, ver Katia M. de Queiros MATTOSO, *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*, Bahia, Itapuã, 1969, p. 18; para o segundo, Eduardo FRIEIRO, *O diabo na livraria do cônego*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1957, p. 21.

<sup>5</sup> *Catálogo dos livros portugueses que se achão de venda em casa de P. C. Dalbin & Cª*, Rio de Janeiro, [Typographia Régia], 1820, 15 pp.

<sup>6</sup> Peter BURKE, *Varietades da história cultural*, trad. de Alda PORTO, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

significações políticas. Na realidade, ainda mais naquela época, ela implicava em um sinal de poder: poder da Coroa cada vez mais burocratizada; poder das elites políticas e econômicas dependentes do registro escrito e da contabilidade para gerir sua atuação e suas riquezas; poder das letras diante do mar de analfabetos que constituía a maioria da população, numa conjuntura de crescente valorização do saber por força da difusão das Luzes <sup>7</sup>.

Fonte inesgotável para o historiador, o livro torna-se um meio privilegiado “de diálogo com o passado, de criação e de inovação”, desde que não seja abordado apenas como um mero registro do acontecimento, mas como um ingrediente do próprio acontecimento <sup>8</sup>. Nessa perspectiva, debruçar-se sobre a história dos livros e de seus possuidores pode sugerir uma outra possibilidade de abordagem das práticas políticas e culturais, que impulsionam os movimentos do pensar, do saber e do agir em determinada circunstância.

Se, desde os mais remotos tempos, os livros foram formas de transmissão de conhecimentos e de experiências, constituindo-se em poderosos elementos de continuidade, eles também, à medida que passaram a atingir camadas cada vez mais amplas da população, tornaram-se importantes vetores de rupturas na tradição, principalmente, em conjunturas tensas, como ocorreu no bojo da oposição entre Antigo Regime e Luzes <sup>9</sup>. Nesse momento, em que se contestavam os antigos valores sociais e políticos ainda em vigor na maior parte das monarquias européias, as Luzes representaram uma tomada de posição crítica e livre sobre problemas variados, estendendo seu império a todos os domínios, ao substituir os princípios da autoridade e da tradição na moral, na religião e na organização social e política. Nessa perspectiva, a razão acabava por fornecer um arcabouço ideológico com o qual a elite intelectual adquiria consciência do seu lugar no mundo e definia, com audácia, os seus novos deveres <sup>10</sup>.

Contudo, no início do oitocentos, em contraste com a Europa polida pelas Luzes, o panorama mental do mundo luso-brasileiro, não obstante uma complexidade muito maior do que em geral intuída <sup>11</sup>, permanecia ainda arraigado ao obscurantismo, ao fanatismo religioso e aos rituais da tradição. No entanto, apesar da preocupação dos soberanos em evitar a circulação de livros e obras que veiculassem tais idéias esclarecidas, os intelectuais luso-brasileiros não deixaram de conhecer e compartilhar essas novidades, que adquiriam tonalidade própria de acordo com as características peculiares de sua sociedade <sup>12</sup>. De qualquer forma, o peso dos “arcaísmos políticos” não impediu a propagação dessa literatura nova, possibilitando o uso do livro como um instrumento de múltiplas missões: de educar, de formar, de criar nesta sociedade um espírito de universalidade. Mais do que simples portadores destes projetos, os livros e seus leitores passavam a assumi-los integralmente.

Imbuída desse clima intelectual, a Ilustração luso-brasileira adquiriu uma perspectiva ambígua: a um lado esclarecido, que buscava os conhecimentos úteis revelados pelo século, destinados a impor uma política orientada pelos interesses da Coroa, opunha-se um lado mais

<sup>7</sup> Para a questão da alfabetização nas sociedades de Antigo Regime, ver, em particular, GOODY & WATT, «The Consequences of Literacy», in J. GOODY (ed.), *Literacy in Traditional Societies*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1981, pp. 27-68 1981, e FURET & OZOUF, «Trois siècles de métissage culturel», in *Lire et écrire*, Paris, Minuit, 1977. vol. 1, pp. 349-369.

<sup>8</sup> Cf. Robert DARTON & Daniel ROCHE (orgs.), *Revolução impressa. A Imprensa na França, 1775-1800*, São Paulo, EDUSP, 1996. Para a citação, ver Marc BARATIN & Christian JACOB, *Le pouvoir des bibliothèques... cit.*, p. 11.

<sup>9</sup> Elizabeth L. EISENSTEIN, «Sobre la revolución y la palabra impresa», Roy PORTER & Mikulás TEICH (eds.), *La revolución en la historia*, Barcelona, Crítica, 1990, pp. 244-268. Maria Manuela Tavares RIBEIRO, «Livros e leituras no século XIX», *Revista de História das ideias*, Coimbra, 20, 1999, pp. 187-228.

<sup>10</sup> Ulrich Im HOF, *Les Lumières en Europe*, Paris, Seuil, 1993, pp. 163-165.

<sup>11</sup> Guilherme Pereira das NEVES, «Guardar mais Silêncio do que Falar: Azeredo Coutinho, Ribeiro dos Santos e a Escravidão», José Luís CARDOSO (coord.), *A Economia Política e os Dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, pp. 13-62

<sup>12</sup> Javier Fernández SEBASTIAN, «Péninsule Ibérique», Vincenzo FERRONE & Daniel ROCHE (dir.), *Le monde des Lumières*, Paris, Fayard, 1999, pp. 411-424. Para uma visão distinta sobre as Luzes no mundo ibérico, ver Ana Cristina ARAÚJO, *A cultura das Luzes em Portugal – temas e problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

sombrio, que mantinha uma visão estamental da ordem social, valorizando a religião como a forma mais elevada de conhecimento e atribuindo aos próprios sacerdotes a função de transmitir as novas idéias. As Luzes assumiram, assim, uma visão pragmática, enquanto o ideal reformador se limitava a propor uma transformação, muitas vezes, emanada do poder oficial, que conduzisse, em nome da *utilidade comum* e da *felicidade pública*, a uma melhoria nas condições de vida dos súditos, seja na agricultura, no comércio, nas manufaturas, nas comunicações e no ensino. Em suma, adotava-se uma atitude de mudança pontual e gradual, quase sempre dirigida pelas conveniências da Coroa, mas que não implicava em uma transformação profunda na estrutura da sociedade, vedando-se, assim, o ingresso pleno na modernidade.

O presente trabalho pretende, portanto, examinar os interesses e as influências presentes nas bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Müller, dois eruditos luso-brasileiros, a partir das relações de livros que mandaram trazer de Portugal para o Brasil, nas primeiras décadas do século XIX. Sem ignorar as contribuições de uma história do livro, mas numa perspectiva afinada com a história cultural e política, a análise procura evidenciar as idéias de dois intelectuais, preocupados com o desenvolvimento científico do país, de acordo com uma atitude pragmática, típica das *envergonhadas* Luzes luso-brasileiras <sup>13</sup>.

\* \*

Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Müller eram oriundos de famílias abastadas. O primeiro nasceu na cidade do Salvador em 1769, filho único de um negociante de grosso trato da Bahia. Segundo suas próprias informações, seu pai era cavaleiro professo na Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, descendente das “ilustres famílias dos Fontouras e Carneiros”, da vila de Chaves, Província de Trás-dos-Montes. Esses pais virtuosos e opulentos, aos quais não faltava também a nobreza de família, nas palavras de Diogo Bivar, enviaram o rapaz para estudos em Portugal, em função de sua curiosidade pelo conhecimento e com o objetivo de abraçar a vida eclesiástica <sup>14</sup>.

Surpreendido, no entanto, pela morte do pai, retornou à Bahia em data incerta, após obter um indulto apostólico, com beneplácito régio, para licenciar-se de suas obrigações como diácono, a fim de poder assumir, enquanto pessoa leiga, a casa comercial de grosso trato que herdara <sup>15</sup>. Segundo Luís Henrique Dias Tavares, um de seus poucos estudiosos, e o mais sólido, não se encontram grandes informações sobre o período de seus estudos em Portugal <sup>16</sup>. Há suposições que tenha vivenciado aí a conjuntura da Revolução Francesa e travado contacto com livros e autores que propagavam os “abomináveis princípios” sobre os quais vigiava a Real Mesa Censória. A partir de seu retorno ao Brasil, ficou conhecido como padre Agostinho Gomes, apesar de conservar-se sempre diácono, não se ordenando jamais presbítero. Talvez, por que lhe faltasse vocação, tendo abraçado a vida eclesiástica apenas por vontade dos pais. Como típico religioso do período, manteve “comércio ilícito” com D. Maria Luzia, viúva, moradora da mesma cidade, com quem, “por natural fragilidade”, veio a ter sete filhos naturais, os quais tratou com a “educação correspondente” e para os quais solicitou, em 1814, a legitimação <sup>17</sup>. Pouco inclinado, ao que tudo indica, às atividades comerciais, em 1796, firmou um contrato com Manuel José de

---

<sup>13</sup> São muitos os adjetivos para matizar as Luzes luso-brasileiras; *envergonhadas*, o mais recente, deve-se a Evaldo Cabral de MELLO, «Resenha: Iluminismo envergonhado», «Jornal de Resenhas», *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 de junho de 2003, p. 3.

<sup>14</sup> Diogo Soares da Silva de BIVAR, «Elogio Histórico de Francisco Agostinho Gomes, membro correspondente do Instituto», *R.I.H.G.B.*, Rio de Janeiro, suplemento ao t. 4, n.º 16, janeiro de 1843, pp. 28-35.

<sup>15</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, Coleção Documentos Biográficos, C 554, 10.

<sup>16</sup> Luís Henrique Dias TAVARES, «O desconhecido Francisco Agostinho Gomes», *Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia*, Salvador / São Paulo, Edufba / UNESP, 2003, pp. 124-141.

<sup>17</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Mesa *do Desembargo do Paço*, Caixa 124, pac. 3, doc. 46, 1814.

Melo, pelo qual entregava-lhe a administração de sua casa mercantil, mas que, adiante, iria trazer-lhe dissabores e prejuízos, levando-o a mover um processo judiciário para retomar o comando de seu negócios. Inicialmente, porém, o acordo serviu-lhe para retornar a Portugal e lá permanecer um longo período.

Já Daniel Pedro Müller nasceu, segundo seus estudiosos, no mar, em viagem da Alemanha para Lisboa, entre 1775 e 1779, filho de João Guilherme Christiano Müller<sup>18</sup>. Este era alemão, vindo para Portugal, em 1772, na qualidade de pastor luterano, para desempenhar tal serviço na capela da Legação holandesa em Lisboa. Em 1790, passou ao serviço da Coroa portuguesa, abjurando, no ano seguinte, a fé luterana, sendo, em seguida, nomeado Deputado da Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, diretor do Estabelecimento da Impressão Régia e Censor Régio do Desembargo do Paço. No entanto, foi considerado pelo célebre intendente de polícia, Pina Manique, como indivíduo perigoso e suspeito, por suas simpatias com os franceses. Homem ilustrado, formado em humanidades e línguas orientais, pertenceu ainda à Academia Real das Ciências de Lisboa. Christiano Müller organizou ainda parte da Biblioteca do Conde da Barca, além de possuir vasta livraria, cujos títulos, pode-se supor, vieram parar em mãos de seu filho no Brasil, após sua morte, em finais de 1814<sup>19</sup>.

Pedro Müller recebeu esmerada educação, com formação técnica e humanística, adquirida no Real Colégio dos Nobres, em Lisboa. Em 1795, assentou praça de cadete de artilharia, “dispensado da menoridade por Sua Majestade”, seguindo a carreira militar, chegando a segundo tenente, cinco anos depois. Em 1802, veio para o Brasil, acompanhando, como ajudante de ordens, o novo governador da capitania de São Paulo, Antônio José de Franca e Horta. Realizou várias viagens de inspeção ao interior da capitania paulista. Em 1808, participou dos preparativos das festividades de recepção da Família Real portuguesa, no Rio de Janeiro. Considerado como um oficial de “muito merecimento”, por seus superiores, prestou vários serviços à capitania, em virtude de seus conhecimentos técnicos como engenheiro militar<sup>20</sup>.

Apesar das diferentes trajetórias, Agostinho Gomes e Pedro Müller apresentam alguns pontos em comum. Em primeiro lugar, envolveram-se em questões políticas tanto no período colonial, quanto no Império do Brasil. O nome de Agostinho Gomes, entre 1797 e 1798, constou da correspondência oficial do governador da Bahia, Fernando José de Portugal, antes e depois de instalada a devassa sobre a tentativa de sedição que ficou conhecida como Conjuração dos Alfaiates. Numa ocasião, ofício de Lisboa assinado por Rodrigo de Souza Coutinho acusava Francisco Agostinho de Gomes não só de ser um dos mais “afeiçoados aos princípios franceses”, como de também ter patrocinado um jantar “de carne” numa sexta-feira santa. Segundo Dias Tavares, nada ficou comprovado, tendo os inquiridos, do círculo de conhecidos do padre, se limitado a afirmar que ele falava francês e inglês; que lia gazetas estrangeiras e divulgava, por vezes, as notícias que nelas encontrava; que era dono de muitos livros, principalmente franceses; e que gostava de conversar com os franceses que arribavam na cidade<sup>21</sup>. Além de ser conhecido

---

<sup>18</sup> Cf. M. E. de Azevedo MARQUES, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, Belo Horizonte / São Paulo, Editora Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1980. vol. 1, p. 212; Honório de SYLOS, «Introdução», in Daniel Pedro MÜLLER, *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*, 3ª ed. Facsimilada, São Paulo, Governo do Estado, 1978, p. X.

<sup>19</sup> Innocencio Francisco da SILVA, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859. t. 2, p. 126 e t. 3, p. 383. Biblioteca Nacional RJ, Divisão de Manuscritos. I-29,20,1 n.º 88; microfilme MS 554 (8); doc. 60. Carta a Souza Coutinho sobre a arrumação dos livros do senhor Araújo e o funcionamento da Imprensa Régia sob as ordens dos franceses, S.I. 10/01/1808.

<sup>20</sup> Biblioteca Nacional RJ, Divisão de Manuscritos. Documentos Biográficos, C 318,5. Atestação, 1815. Ver, ainda, Carlos H. OBERACKER Jr., *O movimento autonomista no Brasil*, Lisboa, Cosmos, 1977, pp. 35-36; M. E. de Azevedo MARQUES, *Apontamentos Históricos*,... cit., vol. 1, p. 212.

<sup>21</sup> Luís Henrique D. TAVARES, «O desconhecido Francisco Agostinho...» cit., p. 176; Transcrição do ofício de D. Rodrigo e da resposta de Fernando José Portugal encontram-se em *R.I.H.G.B.*, «Francisco Agostinho Gomes.

como rico comerciante, consideravam-no homem “muito letrado”, o que indicava a persistência da concepção clássica do Antigo Regime de ver o escrito como um texto secreto, reservado somente a iniciados, quer dizer, a homens notáveis, seja por sua dignidade, por sua formação ou por suas luzes <sup>22</sup>. Mais tarde, na devassa de 1798, seu nome volta a ser mencionado envolvido pelas mesmas referências.

Nessa conjuntura explosiva, partiu, em data desconhecida, para Portugal, onde aproximou-se de Rodrigo de Souza Coutinho e do círculo de letrados que se tinha organizado ao seu redor. Em sintonia com a visão ilustrada do ministro, essa *geração de 1790*, como a denomina K. Maxwell<sup>23</sup>, procurava estabelecer uma discussão permanente entre pessoas privadas sobre a necessidade de se renovarem as instituições econômicas, políticas e sociais do mundo luso-brasileiro. Diversos indícios sugerem que em 1801 já estivesse novamente no lado de cá do Atlântico, não só livre de qualquer suspeita, mas ainda conceituado, do lado de lá, como “um sujeito de luzes supremas” e recomendado pelo Secretário da Marinha e do Ultramar, o mesmo D. Rodrigo, como “um cidadão prestante e apreciável para o serviço público” <sup>24</sup>. Em 1811, tornou-se o secretário da Biblioteca Pública da Bahia, uma iniciativa do conde dos Arcos, e para cujo acervo Agostinho Gomes contribuiu com a maioria dos volumes. Mais tarde, foi deputado às Cortes de Lisboa de 1821, nas quais teve uma atuação discreta, embora deixasse de jurar e de assinar a Constituição de 1822, em protesto contra as medidas tirânicas e despóticas que o Congresso tomara em relação ao Brasil. Da mesma forma, em 1824, demonstrou simpatia pelos rebeldes da Confederação do Equador, uma vez que Pedro I havia violado as liberdades políticas ao dissolver a Constituinte e outorgar uma Constituição, ainda que liberal. Tais atitudes, no entanto, não o impediram de considerar inaceitável, em 1837, no Parlamento brasileiro, a postura dos deputados de criticar e embargar um tratado de comércio com Portugal, que, nesse momento, passava por uma série de reformas, propiciadas pela Carta Liberal de 1826, afirmando que “só o Brasil quer imitar os povos selvagens para conservar um ódio perpétuo e tão fidagal aos portugueses, que lhes imputamos todos os males que a nossa fantasia pode afigurar”, e chamando D. Pedro IV, o liberal português, de “anjo tutelar do Império” <sup>25</sup>.

Enquanto Agostinho Gomes retornava a Portugal para representar sua província nas Cortes de Lisboa, Pedro Müller, integrava, em junho de 1821, o governo provisório de São Paulo, como representante do corpo militar, sendo encarregado de reprimir a sublevação do 1º Batalhão do Regimento de Caçadores, estacionado na vila de Santos. O estopim do motim foi a demora no pagamento dos soldos atrasados e de seu prometido aumento, uma vez que as Cortes de Lisboa, a fim de manter a adesão dos militares portugueses à causa constitucional, tinha elevado o soldo em Portugal e, posteriormente, em abril de 1821, estendido o benefício ao Brasil, sem fornecer, porém, os meios necessários para isso <sup>26</sup>.

Daniel Pedro Müller participou da Bernarda de Francisco Inácio, que eclodiu em 23 de maio de 1822 na cidade de São Paulo, como um movimento resultante de disputas e conflitos locais, opondo-se seus partidários à atuação do clã dos Andrada na província. Colocou-se ao lado

---

Vigilância do governo português contra os princípios jacobinos no Brasil», Rio de Janeiro, t. 59, vol. 93, pp. 406-412, 1896.

<sup>22</sup> Lúcia M. Bastos P. NEVES, «Antídotos contra obras “ímpias e sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824», Márcia ABREU (org.), *Leitura, História e História da Leitura*, Campinas / São Paulo, Mercado de Letras / Associação de Leitura do Brasil / Fapesp, 2000, p. 393.

<sup>23</sup> Kenneth MAXWELL, «A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro», in *Chocolate, piratas e outros malandros. Ensaios tropicais*, São Paulo, Paz e Terra, 1999, pp. 157-202.

<sup>24</sup> Diogo Soares da Silva de BIVAR, «Elogio Histórico de Francisco Agostinho Gomes ....» cit., p. 31.

<sup>25</sup> *Memória apologética do tratado de Comercio, negociado entre o Ministro do Brasil e o ministro de Portugal, e dos Snrs. deputados, que na Camara temporaria o sustentarão*, por Francisco Agostinho GOMES, Bahia, Typ. da Viuva Serva, 1837. pp. 36 e 11.

<sup>26</sup> Lúcia Maria Bastos P. NEVES, «São Paulo e a Independência», Maria Beatriz N. da SILVA (org.), *História de São Paulo Colonial*, São Paulo, Anablume, no prelo.

do então presidente do governo provisório, João Carlos Oyenhausen. Nesse sentido, foi obrigado a afastar-se de São Paulo, ao longo da devassa, aberta contra os conspiradores. Apesar da historiografia, herdeira do século XIX, definir, por muito tempo, esse movimento dos *bernardistas* como a “tentativa para voltar ao absolutismo de fato e de direito”, posicionando-se contra os representantes liberais do partido da independência, isto é, os *andradistas*, estudos recentes analisam a bernarda como uma típica manifestação do jogo político local em busca de reconhecimento e influência junto ao príncipe d. Pedro, no momento de definição de novas estruturas políticas. A devassa sobre a bernarda, realizada ao longo do mês de setembro e os primeiros dias de outubro de 1822, caracterizou-se pela grande fragilidade das acusações, pautadas nas típicas murmurações do *saber por ouvir vulgarmente* do Antigo Regime. De qualquer forma, em 23 de setembro, um decreto de d. Pedro suspendia os efeitos da devassa, beneficiando os oponentes dos Andrada, cujo prestígio começava a diminuir <sup>27</sup>. Pelos serviços prestados ao Império do Brasil, recebeu, por carta patente do Imperador Pedro I, em 1829, o benefício de reforma, no posto de Marechal de Campo, com o soldo de brigadeiro <sup>28</sup>.

Da mesma forma, ambos partilhavam do mesmo espírito pragmático e utilitário da Ilustração luso-brasileira. Tal fato pode ser evidenciado pelas inúmeras realizações que fizeram. Agostinho Gomes, quando de sua segunda estadia em Portugal, propôs a formação de uma companhia para a exploração de minas de cobre e ferro na Bahia, minérios indispensáveis para Portugal e seus domínios desenvolverem a navegação, as artes e a agricultura, especialmente naquele momento em que a Inglaterra acabara de proibir a saída de todo seu cobre. Em decorrência, solicitava sesmarias, escravos e mineiros, além da isenção de qualquer imposto sobre aqueles metais, bem como o privilégio de fundi-los e a preferência da empresa para extrair outros que fossem encontrados nos terrenos cedidos. Ao concluir seu projeto, no entanto, revelava uma curiosa atitude de agradecimento e de fidelidade ao soberano, característica do Antigo Regime, prometendo fundir com o primeiro cobre da companhia “uma Estátua”, em memória do Príncipe Regente D. João e de seu “feliz governo”, que teria dado princípio, assim, à prosperidade de Portugal, com a abertura daquelas riquíssimas minas <sup>29</sup>. Enriqueceu ainda o Jardim Real de Lisboa com muitas plantas nativas do Brasil, classificadas por ele próprio segundo o sistema de Lineu, e propôs a propagação de novas culturas, como a da pimenta da Índia <sup>30</sup>.

Daniel Pedro Müller destacou-se por organizar o Instituto Topográfico de São Paulo, iniciado em 1806, por ordem do governador Franca e Horta, com uma aula para a formação de engenheiros, nomeando-o para lente da mesma. Nessa visão, foi o autor do primeiro mapa gravado da Capitania de São Paulo <sup>31</sup>. Mesmo após sua reforma, continuou a prestar serviços a São Paulo, onde vivia em sua “bela chácara, aquém de Pinheiros”. Segundo Honório de Sylos, a Câmara de São Paulo ter-lhe-ia confiado a feitura do projeto de uma necrópole, distante de qualquer residência. Em 1836, foi-lhe confiado o plano da construção de uma estrada de carro de Cubatão até as povoações mais consideráveis, que exportavam produtos para Santos, cujo resultado foi o aterrado que vai da última cidade até Cubatão, em uma distância de duas léguas, todo sobre um terreno alagadiço de ambos os lados. No mesmo ano, foi incumbido de organizar a estatística da província, cujo resultado foi a publicação em 1838 da obra *Ensaio d’um quadro estatístico da província de São Paulo*, trabalho único nessa espécie no Brasil. Para Müller, o objetivo da estatística era “dar em geral um conhecimento da extensão e descrição de um país e,

---

<sup>27</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>28</sup> Biblioteca Nacional RJ, Divisão de Manuscritos, Documentos Biográficos, C 318,5.

<sup>29</sup> Biblioteca Nacional RJ, Divisão de Manuscritos, II-33,34,20 carta Régia de D. Fernando José de Portugal, sobre proposta, com cópia anexa de Francisco Agostinho Gomes, concernente à exploração das minas de ferro e cobre daquele estado, Julho de 1799.

<sup>30</sup> Biblioteca Nacional RJ, Divisão de Manuscritos, I-31,30,89. Ofício de Francisco Agostinho Gomes ao Governador da Bahia, 1800.

<sup>31</sup> Carlos H. OBERACKER Jr., *O movimento autonomista.... cit.*, p. 36.

em particular, de sua administração, população, comércio, indústria e produção”. Era, em síntese, “um inventário exato do país”<sup>32</sup>.

Os dois intelectuais foram membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Agostinho Gomes, além da memória acerca do tratado de comércio entre Brasil e Portugal, deixou vários manuscritos sobre botânica e filologia, além de ser o editor do periódico *O Escudo da Liberdade no Brasil* (1823). Teria ainda preparado um livro para a juventude, explicando as idéias da filosofia moral de Dugald Stewart<sup>33</sup>. Pedro Müller redigiu diversos trabalhos, publicados sob a forma de uma coleção de catecismos, que davam “nocões gerais de tudo o que pode ser objeto de estudo”. Foram catecismos sobre a religião cristã, aritmética, geografia, mitologia e história natural. Infelizmente, não se encontrou nenhum exemplar de tais trabalhos<sup>34</sup>. Elaborou também uma Memória dos Campos de Guarapuava, na qual afirmava que esta lhe parecia “curiosa e útil” aos fins que se propunham os sócios do IHGB, ou seja, contribuir para a ilustração das partes científicas e o desenvolvimento da literatura brasileira<sup>35</sup>.

Segundo relato de seus biógrafos, Agostinho Gomes faleceu em 1840, aos 73 anos de idade, em Salvador, em situação de penúria. Igualmente, Pedro Müller veio a desaparecer em 1841, vítima de lamentável desastre ou suicídio, por estar reduzido à maior pobreza<sup>36</sup>.

Essas muitas facetas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Müller transparecem, sem dúvida, nas livrarias que possuíram. No primeiro caso, as obras formaram uma impressionante coleção de 356 títulos variados (embora quatro fossem repetidos), escritos em português, francês, inglês, latim e italiano. Viajantes estrangeiros, como Thomas Lindley, em 1802, e Thomas O'Neill, em 1808, ficaram encantados com a sua biblioteca de “milhares de volumes dos melhores autores”<sup>37</sup>. No segundo, encontramos um conjunto de 755 títulos variados, escritos, principalmente, em alemão, holandês, português, francês, inglês, latim, espanhol, italiano e hebraico. Ambas podem ser identificadas através das relações elaboradas a fim de autorizar sua remessa para entrada no Brasil; no caso de Agostinho Gomes, a listagem destinava-se à Real Mesa Censória; no de Pedro Müller, à Mesa do Desembargo do Paço.

Como era freqüente nesses casos, as duas listas revelam-se imperfeitas e imprecisas, com “títulos truncados”, outros escritos de forma incorreta e a grande maioria das obras indicadas sem os respectivos autores. Na época, tais praxes eram comuns, ocasionando repetidas reclamações dos censores, uma vez que “semelhantes defeitos” não só dificultavam a censura, “como também suscitam desconfianças e perplexidade no espírito do Censor”. Sem dúvida, muitas vezes, quando se tratava de obra proibida, essas deficiências consistiam num expediente para burlar o rigor da censura<sup>38</sup>.

Como resultado, em virtude das listagens incompletas, foi possível a identificação de 348 títulos do conjunto pertencente a Agostinho Gomes, ou seja, 97,75% do total. Já para Pedro

---

<sup>32</sup> Honório de SYLOS, «Introdução», in Daniel Pedro MÜLLER, *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo...* cit., p. XIV-XV. Para a citação, ver «Introdução» de Daniel Pedro MÜLLER em *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paul ...* cit., p. XXV.

<sup>33</sup> Diogo Soares da Silva de BIVAR, «Elogio Histórico de Francisco Agostinho Gomes....» cit., p. 33.

<sup>34</sup> Segundo Sacramento Blake, alguns desses catecismos foram oferecidos ao IHGB, mas desapareceram. Cf. Sacramento BLAKE, *Dicionário Biográfico Brasileiro*, vol. 2, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893, p. 161. Thomaz José Pinto SERQUEIRA, «Elogio histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro anno social pelo sócio efetivo ...» *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 3, t. 3, 1841, p. 447.

<sup>35</sup> Thomaz José Pinto SERQUEIRA, «Elogio histórico dos membros do Instituto...» cit., p. 447

<sup>36</sup> Luís Henrique D. TAVARES, «O desconhecido Francisco Agostinho...» cit., pp. 137-138. Para Müller, cf. Honório de SYLOS, «Introdução», in Daniel Pedro MÜLLER, *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo ...* cit., p. XV. Para a visão de suicídio, ver Carlos H. OBERACKER Jr. *O movimento autonomista...* cit., p. 36.

<sup>37</sup> Cf. Luís Henrique Dias TAVARES, «O desconhecido Francisco Agostinho...» cit. p. 133 e Thomas LINDLEY, *Narrativa de uma viagem ao Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969, pp. 70-71.

<sup>38</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, *Mesa do Desembargo do Paço*, Caixa 169., Licenças, Pac. 1, doc. 4, 17 junho 1819.

Müller, no momento da pesquisa, em função principalmente do grande número de obras em alemão e holandês, identificaram-se 549 livros, equivalendo a 72,71% da livraria em seu todo.

Para proceder à classificação das obras dos dois ilustrados luso-brasileiros, tomou-se por base um critério de época, retirado da Biblioteca do Conde da Barca (1818), que distingue cinco grandes categorias: *Jurisprudência* (obras de direito canônico, civil, público, da natureza e das gentes); *Ciências e Artes* (livros de filosofia, ética ou moral, economia, história natural, medicina, veterinária, hidrografia, física, química, matemática, astronomia, música, mecânica, desenho, arquitetura, arte militar, educação e outros afins); *Belas Letras* (gramáticas, dicionários, retórica sacra e profana, poesia, teatro, fábulas, apologias, contos, novelas, romances, sátiras e críticas, provérbios e correspondências); *História* (cronologias, antigüidades, viagens, geografia, memórias, relatos de acontecimentos); e *Teologia* (orações, instruções pastorais, histórias eclesiásticas, catecismos e obras de devoção). Os resultados obtidos foram o seguinte:

LIVRARIAS	FRANCISCO AGOSTINHO GOMES		DANIEL PEDRO MÜLLER	
	Nº de obras	%	Nº de obras	%
Belas Letras	108	30,3	132	17,5
História	107	30,1	89	11,8
Ciências e Artes	105	29,5	129	17,1
Jurisprudência	18	5,1	20	2,6
Teologia	10	2,8	179	23,7
Não identificado	8	2,5	206	27,3
Total	356	100,0	755	100,0

Por meio de uma análise geral do conjunto das duas livrarias, semelhanças e diferenças podem ser observadas. Sem dúvida, ao longo do Antigo Regime, eram os livros de espiritualidade e de devoção, que carregavam a “prateleira religiosa” da grande maioria das bibliotecas<sup>39</sup>. Não obstante, não chega a surpreender que isso não ocorresse com Francisco Agostinho Gomes, apesar de sua condição de eclesiástico. Em seu caso, as obras nessa categoria tratavam de questões relativas à natureza da religião revelada e da doutrina, como o *Sobre a existência e os atributos de Deus, os deveres da religião natural e a verdade da religião cristã* de Samuel Clarke, filósofo e teólogo inglês admirado por Voltaire; críticas à teologia escolástica, como a *Imagens da vida cristã* (1572) de Heitor Pinto, importante expressão do humanismo português; aspectos da superstição introduzidas na Igreja – *Histoire de ceremonies et des superstitions qui sont introduites dans l’église*; advertências aos casados para se manterem “em contentamento”. Mais voltados para a questão doutrinal, encontravam-se a *Bíblia sagrada* e a *Teologia* de Irenaeus Lugdunensis, bispo de Lion que, na Antiguidade, foi o primeiro a sistematizar a fé cristã.

Já para Pedro Müller são justamente as obras de Teologia, que formam a maioria dos livros identificados. No entanto, são obras de cunho mais teórico, escritas, principalmente, em alemão, referentes a sermões, como um *Jornal para Pregadores*; onze exemplares de Bíblias, em diversas línguas, destacando-se a importante *Bíblia* de Lutero; textos sobre a liturgia luterana, anglicana, calvinista – *Commentaires de Jehan Calvin sur la Concordance ou Harmonie* e puritana

<sup>39</sup> Henri MARTIN, *Livre, pouvoirs et société à Paris au XVII<sup>e</sup> siècle (1598-1701)*, Genève, Droz, 1969, pp. 493 e 775-776.

– *Grace Abounding to the chief of Sinners: or, a Brief and faithful relation of the exceeding mercy of God in Christ, to his poor servant John Bunyan*, um dos mais populares autores sobre religião, na Inglaterra do século XVII; além de obras relativas à religião católica, por exemplo, um *Catecismo da Doutrina Cristã, com algumas praticas espirituas* de Frei Bartolomeu dos Mártires, dominicano do século XVI e um texto de Antonio Pereira de Figueiredo, oratoriano e colaborador de Pombal, que empreendeu um esforço teórico a fim de redefinir o problema das relações Igreja-Estado, dentro de um contexto regalista. Além desses, manuais de orações, catecismos, missais ou salmos diversos, que apoiavam os leigos em sua vivência cristã, faziam-se também presentes. A predominância das obras de Teologia nesta biblioteca, constitui uma evidência de que alguns desses livros pertenceram ao seu pai.

Na categoria *Jurisprudência*, com um percentual não muito elevado entre as duas livrarias, encontram-se obras de direito civil e canônico, como repertórios com leis e ordenações do Reino; em Agostinho Gomes, textos de juristas portugueses, como Gonçalo Luiz Coelho e Francisco Coelho de Souza e Sampaio, ambos lentes de Direito em Coimbra – o primeiro, no final do século XVI, o segundo, no século XVIII. Por outro lado, são significativas da inserção deste intelectual no universo das Luzes a presença do *Código* de Frederico II e do *Deveres do homem e do cidadão* (1673) de Samuel Pufendorf, provavelmente na mesma tradução francesa de Jean Barbeyrac, de 1741, que serviu a Rousseau. Em Pedro Müller, registra-se o importante trabalho de Pascoal José de Melo – *Institutiones juris civilis et criminalis Lusitani*, quando Portugal viu sua legislação reduzida a um sistema científico, breve e inteligível; textos clássicos como *Corpus Juris Civilis* (Instituições de Justiniano); obras sobre instituições e ritos eclesiásticos, como a escrita por Giuseppe Catalani, liturgista romano do século XVIII, famoso por trabalhos sobre ritos, leis e liturgia canônicas; e a polêmica *Análise sobre a justiça do comércio de escravos*, de autoria de José Joaquim de Azeredo Coutinho.

Diferenciando ainda mais as duas bibliotecas, encontra-se o peso que os livros das três outras categorias – *Belas Letras*, *História* e *Ciências e Artes* – possuía. Para Agostinho Gomes, elas representavam quase 90% do total, distribuíam-se harmoniosamente entre si, cada uma com cerca de 30%, constituindo-se o centro de gravidade de sua livraria. Para Pedro Müller, significavam apenas 46,4% do todo, com maior predominância no campo das Belas Letras e das Ciências e Artes.

Na categoria de *Belas Artes*, como era característico da época, na melhor tradição das Luzes, na ótica de Peter Gay <sup>40</sup>, destacavam-se os autores da antigüidade clássica – em Agostinho Gomes, de forma mais significativa, 35 em 108; em Pedro Müller, 17 em 132. Estavam também presentes prosadores e poetas portugueses, Camões e o padre Antonio Vieira, em ambas. Agostinho Gomes possuía ainda a *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa de Machado, a primeira grande bibliografia portuguesa, publicada em meados do século XVIII. Não faltavam tampouco os clássicos do humanismo, Abelardo e Erasmo, nos livros de Pedro Müller; Dante, Petrarca, Boccaccio e Rabelais, na livraria de Agostinho Gomes. Esse último ainda possuía textos canônicos franceses e ingleses, como Corneille, Racine, Molière, Shakespeare, Samuel Butler e Milton; o *D. Quixote* de Cervantes; e romances e novelas mais recentes, como as *Aventuras de Telêmaco*, a *História de Gil Blas de Santillana* e *Tom Jones*. Já Pedro Müller possuía textos de Shakespeare, Milton e Pope. Completavam o conjunto, nas duas livrarias, trabalhos de retórica, como a *Ars Rhetorica* (1620) de Vossius e a *Rhetorique* do Père Lamy de meados do século XVII, diversas gramáticas e uma infinidade de dicionários – de francês, inglês, italiano, holandês e alemão. O ilustrado baiano possuía quatorze dicionários, mais o célebre *Dicionário* do Dr. Johnson (1755) e o de Morais Silva, certamente na primeira edição de 1789. Pedro Müller contabiliza vinte e sete dicionários, entre os quais se destacavam um curioso dicionário sobre a língua bunda ou angolense, outro sobre a língua caldaica, além de diversos de cunho científico. Registram-se

<sup>40</sup> *The Enlightenment: An Interpretation. The Rise of Modern Paganism*, New York, Norton, 1977, pp. 72-126.

também livros com métodos para aprender alemão e um curioso manual intitulado *O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas* (1745). Encontram-se ainda em seu poder importantes coleções de periódicos, como o *Le Spectateur*, tradução do célebre periódico inglês – *The Spectator* de Addison & Steele, do início do século XVIII, uma coleção de 34 volumes da *The Monthly Review* e outra do *Journal des Savants*.

Outra dimensão importante no gosto das Luzes, como apontou há muito François Furet, a categoria *História*, na livraria de Agostinho Gomes, incluía igualmente uma representação significativa de autores antigos; textos modernos sobre o período, como a *História antiga* de Rollin, em francês, e livros sobre a própria antiguidade lusa. Encontram-se também, em italiano, a *História da Itália* de Guicciardini (1561), além da *História da Inglaterra* (1754-1761) de David Hume, em inglês, provavelmente numa reedição de 1796. Curiosa é a presença do *Projeto de uma décima real* de Vauban, publicado em 1707, que pregava a taxaçoão de todas as classes sociais, mas que foi imediatamente retirado de circulação por ordem real. A respeito da América, havia a *História da conquista do México*, escrita por Antonio de Solis, secretário particular de Filipe IV; e, muito significativa, em francês, a *História das descobertas e conquistas dos portugueses no Novo Mundo* (1733), do célebre jesuíta François Lafitau. Merecem registro ainda memórias diversas. A maior parte das obras, porém, são trabalhos de autores portugueses, como as inúmeras crônicas dos reis de Portugal de Damião de Góis, Duarte Nunes Leão, Garcia de Resende, e as célebres *Décadas* de João de Barros e Diogo Couto. Destacam-se ainda diversas obras ligadas à Restauração portuguesa, como a *História de Portugal Restaurado* do Conde de Ericeira, e a *História das Revoluções de Portugal* do abbé Vertot e a então recém-publicada *Memórias para a historia da capitania de S. Vicente* de frei Gaspar da Madre de Deus.

Pedro Müller também partilhava o gosto pelos antigos, além de textos de autores modernos como *L'Histoire ancienne* de M. Rollin; uma história de Puffendorf; uma *Histoire de l'Amérique*, em 4 volumes, provavelmente de Robertson; *Abrégé de l'histoire universelle* de Voltaire; uma História da Alemanha; diversos trabalhos sobre os jesuítas; obras sobre história portuguesa, como *História de Portugal* (14v.), *Crônica dos reis de Portugal* de Duarte Nunes de Leão e também a *Memória para a história da Capitania de S. Vicente* de Frei Gaspar da Madre de Deus. Diversos títulos sobre Geografia; relatos de viagens, como a *Viagens de Gibraltar a Tangere, Monte Atlas e Marrocos*, compostas em inglês ou *Voyage de Costigan en Portugal* e memórias de diversos de autores, como a do francês Duguay-Trouin, complementam os títulos dessa categoria.

Mais difíceis de avaliar, em Agostinho Gomes, as obras na categoria *Ciências e Artes* incluíam trabalhos sobre botânica, agricultura, história natural, química, mineralogia, astronomia, física, matemática e medicina, mas de autores na maioria hoje esquecidos. Não é o caso, certamente, na botânica, de Lineu, nem, no âmbito português, de Félix de Brotero, de Domingos Vandelli e de algumas memórias da Academia de Ciências de Lisboa. Em relação à mineralogia e à química, há diversos estudos de autores suecos e franceses, destacando-se uma obra de Lavoisier, assim como, na geologia, livros de Déodat de Dolomieu, um estudioso que participou da expedição de Bonaparte ao Egito. Num outro plano, o gosto enciclopédico e o espírito de bibliófilo de Agostinho Gomes incluiu clássicos da arquitetura, como Vitruvius e Vignola; e obras, embora secundárias, de economia política, como o *Parfait negociant* (1675), dedicada a Colbert, e o *Tableau du Commerce* de Jean-Claude de Gournay (1712-1759), a quem se atribui a frase *laissez faire, laissez passer*. Por fim, na filosofia, merecem destaque não só os filósofos antigos – Aristóteles e Sêneca, como também, ao lado do ilustrado português Matias Aires, autor de *Discursos Moraes sobre os efeitos da vaidade* (1752), alguns clássicos do século XVII e da Ilustração, dentre os quais vale mencionar: o inglês Ralph Cudwith; Christian Wolff; Condillac; os 5 volumes das *Obras* de Rousseau; e os *Essays on the Intellectual Powers of Man* do escossês Thomas Reid (1785), sucessor de Adam Smith em Glasgow.

Em relação a Pedro Müller, as obras de *Ciências e Artes* apresentavam importância fundamental em sua biblioteca. Faziam-se presentes títulos diversos sobre história natural, química, matemática, medicina e astronomia de múltiplos autores. Eram trabalhos que iam dos elementos de Euclides em alemão até a física de Newton, das *Memórias de matemática e física* da Academia Real das Ciências de Lisboa às *Ephemerides nauticas, ou diario astronomico para o anno de 1789, publicado* por ordem da mesma Academia. Havia ainda onze trabalhos sobre médicos (em alemão) e medicina, que abrangiam desde memórias, como aquela sobre a febre epidêmica contagiosa que grassou em Lisboa, entre 1810 e 1811, até obras sobre cirurgia. Além destes, encontram-se um livro de Leopold Berchtold, cavaleiro da ordem militar de Santo Estevão da Toscana, que esteve algum tempo em Portugal, na segunda metade do século XVIII, que descreve os meios de conservar a vida dos homens frente aos diversos perigos a que diariamente se acham expostos e duas obras sobre *Farmacopéia* – uma escrita em 1794 por Francisco Tavares, por ordem de D. Maria I para ser utilizada no reino e nos domínios portugueses e outra, em que se expõem os remédios simples e compostos, suas virtudes, preparações e doses, de autoria de Antonio José de Souza Pinto (1805).

Seu interesse sobre a arte militar era demonstrado pela inclusão de dezessete livros nessa temática, como o *Compêndio Militar* para a instrução de discípulos da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho de Lisboa; *Considerações sobre a guerra atual dos turcos com os russianos*, traduzidas do francês para o português, em 1788 e *Artilharia* de Benjamin Robbins (1742). Registram-se também inúmeros tratados, em alemão, sobre a arte da edificação, necessários para os trabalhos práticos de Müller, enquanto engenheiro, além de estudos sobre a arte de erigir estátuas, como a obra de Joaquim Machado de Castro, uma descrição analítica sobre a execução da estátua equestre de D. José I.

Na filosofia, merecem destaque alguns clássicos do século XVII e da Ilustração. No primeiro caso, registrem-se os franceses Descartes e Pierre Charron; no segundo, encontram-se: Christian Wolff; Condillac; Voltaire e Helvétio (*De l'Esprit*), cuja obra fora condenada na Sorbonne e queimada publicamente em meados do século XVIII. Deve-se ressaltar também *L'Esprit de l'Encyclopédie*, organizado por Joseph La Porte, que reunia os artigos mais curiosos, mais agradáveis, mais picantes e mais filosóficos daquele dicionário.

Nas duas listagens, sem dúvida, fazem-se presentes livros proibidos pela censura no mundo luso-brasileiro, destacando-se na de Daniel Pedro Müller, os de Milton, Pope; aqueles dos poetas antigos, como Ovídio; os dos filósofos Condillac, Voltaire e Helvétio, entre outros. Não obstante, essas obras entraram no Brasil, como se observa pelo parecer do censor José da Silva Lisboa, que informava ao Desembargo do Paço que os livros, com exceção do *Abregé d'Histoire Universelle* de Voltaire e a obra *De l'Esprit* de Helvétio, são todos “excelentes ou indiferentes”. No entanto, como eram para o uso de seu dono, filho do “mui douto e pio Conde Müller, que tão bem serviu ao Estado de Portugal”, entendia ser deferível a licença <sup>41</sup>.

Na relação de Agostinho Gomes, pelo menos quinze obras estavam interditas de circular pela Real Mesa Censória e pelos Índices dos Livros Proibidos; entre outras, as de Rabelais e Milton; aquelas dos poetas antigos, como Anacreonte, Catulo e Ovídio; as dos filósofos Rousseau e Condillac; e as de Hume e Puffendorf. Há ainda o *Ecco das Vozes Saudosas*, obra de cunho milenarista, publicada em Lisboa em 1757, atribuída a Antonio Vieira e interdita pelo edital de 1768 da Mesa Censória, com recomendação de que fosse queimada. Não obstante, elas entraram no Brasil, trazidas por Agostinho Gomes, embora a documentação da Torre do Tombo não tenha guardado o parecer dos censores. Pode-se ter certeza disso por que cerca de 40% das obras dessa listagem estão arrolados no “Catálogo dos Livros que se acham na Biblioteca Pública da cidade da Bahia”, elaborado em maio de 1818, seguindo-se à iniciativa do governador Marcos de

---

<sup>41</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, *Mesa do Desembargo do Paço*, Caixa 169, Licenças, Pac. 1, doc. 17, Maio de 1818.

Noronha e Brito, 8º conde dos Arcos, de fundar, em 1811, uma Livraria Pública, com o apoio do senhor de engenhos, escravos e terras Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco, cujo acervo foi criado por meio de doações da biblioteca de Agostinho Gomes, que se tornou o secretário da instituição <sup>42</sup>.

\* \*

Para concluir, vale insistir que as duas relações de livros tanto de Francisco Agostinho Gomes quanto de Daniel Pedro Müller parecem confirmar, sob vários aspectos, as tendências das Luzes luso-brasileiras, que adquiriram uma perspectiva pragmática, preconizando um ideal reformador que se limitava a propor um *aggiornamento*, no mais das vezes, propellido pelo poder oficial, que conduzisse, em nome da *utilidade comum* e da *felicidade pública*, a uma melhoria nas condições de vida dos súditos, ao desenvolvimento da agricultura, do comércio, das manufaturas, das comunicações e, até, do ensino. Em suma, adotava-se uma atitude de mudança pontual e limitada, quase sempre dirigida pelas conveniências da Coroa, mas que não implicava em uma transformação profunda na estrutura da sociedade. Nesse sentido, os dois ilustrados apresentavam-se como admiradores dos clássicos greco-latinos, sensíveis à virada do pensamento representada pelo século XVII, e, sobretudo, eclética e enciclopedicamente interessados em publicações recentes, de cunho utilitário e pragmático. Revelavam-se assim perfeitamente afinados com as principais tendências da Ilustração em Portugal, até mesmo quando substituíram os livros de devoção por aqueles de literatura moral e de discussão teológica, domínio para o qual tinham sido relegadas, a essa altura, as questões religiosas.

Constituíam-se como dois espíritos curiosos, surpreendentemente eruditos para o lugar e o tempo em que viveram, mas ainda à vontade no mundo do Antigo Regime. Continuavam partilhando certamente a visão do escrito como um texto secreto, reservado apenas a alguns homens notáveis por sua formação e luzes que possuíam, provavelmente, a confiança necessária para solicitar permissão de ter acesso e ler livros proibidos, como fizeram. Identificavam-se, portanto, com a concepção de um império renovado, em que a liberação dos agentes econômicos individuais da tutela de uma Coroa onipresente deveria configurar o espaço de uma *esfera pública literária*, conforme convinha aos anseios daqueles homens esclarecidos, como eles, aos quais, acreditavam, devia caber a condução da opinião pública de uma nação ainda informe.

---

<sup>42</sup> Biblioteca Nacional RJ, Divisão de Manuscritos, 1, 1, 26, Catálogo dos livros que se achão na Biblioteca Pública da cidade da Bahia, em maio de 1818. Há um exemplar impresso, com um número menor de obras na Divisão de Obras Raras. Para a criação da Biblioteca Pública da Bahia, ver Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, Rio de Janeiro / São Paulo, Livros Técnicos e Científicos / Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, pp. 143-152.